

RESENHAS

SALM, Cláudio L. *Escola e trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1980. 101p.

Adnil Dias Falcão*

Originário de sua tese de doutoramento em Economia pela Unicamp e estigmatizado como uma crítica à crítica da Teoria do Capital Humano, o trabalho de Salm é um convite à reflexão. Aliás o seu tema - a relação entre escola e trabalho na sociedade capitalista -, por si só, também o é. Dividido em duas partes, intituladas 'Sobre a Escola' (p.27-54) e 'Sobre o Trabalho' (p.55-101), o livro *propõe-se a mostrar a improcedência do vínculo direto, linear, entre educação e produtividade - idéia central da Teoria do Capital Humano e assumida pelos seus críticos - a partir da evidência histórica de que o processo produtivo, na sua evolução, prescinde de trabalho qualificado*. A questão de fundo colocada por Salm é 'o agigantamento patológico do sistema educacional e as condições de trabalho aviltadas para a maioria' (p.20). Sua constatação é de que "se a finalidade da produção capitalista é a reprodução das relações capitalistas de produção, é no seio da produção mesma que devemos buscar a formação das qualificações requeridas e não numa instituição à margem como é a escola" (p.25). Sua proposta é "argumentar que nem a escola é capitalista, nem o capital precisa dela, como existe, para preparar o trabalhador" (p.29). Para fazê-lo, declara-se "sem problemas com a idéia da escola como instância da superestrutura envolvida na reprodução das classes sociais" (p.19) e afirma que "o papel ideológico da escola pouco nos diz sobre seus vínculos concretos com a empresa" (p.34). Sua conclusão é de que a redefinição do papel da escola na sociedade capitalista deve ser buscada no 'ideal de Dewey' - na formação do cidadão para a democracia (p.101). Seu referencial teórico é a teoria marxista.

O livro, sem dúvida, é polêmico. Além de romper com o convencional pela linguagem e pela metodologia descompromissada, apresenta, em nossa opinião, a singularidade de deixar o leitor confuso quanto à perspectiva teórica do autor, à medida que, ao entrelaçar, num mesmo contexto, Marx e Dewey, torna 'dialética' a sua própria conclusão. O pensamento de Dewey é conservador, não questiona a sociedade capitalista como tal, - em suas desigualdades - e sustenta-se na crença

* Assessora Especial da UEFS.

reformista da ascensão social através da habilitação do indivíduo, para participar do processo de vida democrático, à medida dos seus valores (meritocracia), o que está mais para a Teoria do Capital Humano, que Salm critica.

Na primeira parte, 'Sobre a Escola', o autor tece críticas à concepção do capital humano e a seus críticos que, ao não aprenderem o processo produtivo como cada vez mais independente de trabalho qualificado, vinculam, direta e linearmente, educação e produção. Para ele, como assinala KUENZER (1986, p.45), criticados e críticos se confundem ao defenderem a funcionalidade da escola para o capital. Assim, coloca os neoclássicos - cuja visão harmônica da sociedade homogeneiza os mecanismos de mercado e reduz a prática educacional a um fator de produção - e os seus críticos - cuja visão de sociedade está baseada na divisão de classe, além de condenarem a divisão social do trabalho e terem o processo educacional como um mecanismo de produção de mais-valia relativa - num mesmo patamar de análise, tomando suas diferenças apenas como 'semânticas' e deixando de destacar, como diz FRIGOTTO (1984, p.137), que a ótica de classe de cada uma dessas concepções é bastante diferenciada: *enquanto os primeiros vêem a relação escola/produção sob o ângulo da ascensão social com base na meritocracia, os segundos a enxergam como instrumento de exploração do capital*. Diga-se, a propósito, que essa falta de percepção da ótica de classe, se constitui numa das maiores falhas da análise de Salm que, julgando-se "sem problemas com a idéia da escola como instância da superestrutura envolvida na reprodução das classes sociais", assume uma posição, no mínimo, esdrúxula: adota uma visão reducionista muito mais afeita à Teoria do Capital Humano que ele rejeita e, ao mesmo tempo, coloca-se em contradição com o referencial marxista em que apóia suas argumentações.

Ao afirmar que "nem a escola é capitalista, nem o capital precisa dela, como existe, para preparar o trabalhador", com o objetivo de enfatizar o desvínculo entre educação e produção, perde a perspectiva de totalidade, separando infra-estrutura (processo produtivo) e superestrutura (processo educacional). A educação, como um elemento da superestrutura, é determinada pela infra-estrutura, impondo-se a visão de totalidade, já que o determinado não pode ser compreendido sem referência ao determinante e vice-versa. Sendo assim, a não apreensão desse movimento faz com que Salm também não perceba a contradição social básica da infra e da superestrutura - conservação x transformação - que só pode ser captada no campo das mediações, que ele desconsidera. Isso o leva a ater-se apenas ao papel ideológico da escola, mesmo assim, para mostrar que este "pouco nos diz sobre seus vínculos concretos com a empresa". No afã de caracterizar o desvínculo entre educação e produção, torna sua análise estática, mecanicista, fugindo mesmo à discussão do papel contraditório da educação (p.34).

Sob o aspecto, porém, da improcedência de *vínculo direto e linear* entre o processo produtivo e o processo de qualificação, *o trabalho de Salm é um avanço*. Ninguém pode contestar que o desenvolvimento do processo de produção

capitalista, via progresso técnico, reduz trabalho complexo a trabalho simples, dispensando a 'qualificação' do trabalhador pela escola. Nesse sentido, também é incontestável que o capital tem sua própria pedagogia e está comprovada a eficiência dos seus métodos de ensino (SENAI, SENAC, etc). Mas colocar isso como elemento divisor da relação dialética entre educação e produção é uma simplificação, que só se justifica pela perda da visão de totalidade apontada anteriormente. Mesmo que a escola, efetivamente, tenha se tornado desnecessária sob o ponto de vista da 'qualificação' para o trabalho produtivo, transformando-se numa instituição à margem do sistema de produção e aceitando que as qualificações requeridas devam ser buscadas no seio da própria produção, isto não quer dizer que admitamos que sua única função seja a preparação para o trabalho, a profissionalização imediata. Pelo contrário, a função específica da escola é produzir e distribuir um conhecimento geral que, independente das condições de mercado, tem articulações mediativas com o sistema produtivo, inclusive com o treinamento processado no interior das empresas. Ou melhor, como assinala FRIGOTTO (op. cit. p.146), há uma complementariedade entre trabalho produtivo e improdutivo, produção material e não-material.

Nesse contexto, surge a questão de fundo colocada pelo autor: a inchação do sistema educacional em contraposição ao crescente amesquinhaamento dos postos de trabalho. Além de tudo que já foi dito, há de se considerar, sob esse aspecto, que a expansão do sistema educacional ocorre em momentos históricos diferenciados, não podendo ser explicada fora do contexto social global. No caso específico, parece-nos que Salm refere-se ao fenômeno expansionista dos anos 70. Ora, toda a política educacional daquele período, desenhada sob os postulados da Teoria do Capital Humano e explicitada nas reformas de 1968 (lei 5 540) e de 1971 (lei 5 692), colocou a democratização do ensino como um mecanismo de acesso ao emprego, à ocupação mais retável e como fator de equalização social, advindo daí o crescimento improvisado do sistema educacional. Mas isso não ocorreu por imprevidência ou ingenuidade do governo. Ao contrário, a ampliação do acesso à escola, o aumento do investimento público em educação e o próprio processo de privatização do ensino aconteceram dentro da ótica do movimento do capital e da realização da produção. A revolução de 64, optando por uma política econômica associada ao capital internacional e caracterizada por uma crescente acumulação de capital e concentração de renda, naquele momento, precisava atender às pressões da classe média pela democratização do ensino, considerada a principal via de ascensão social e, ao mesmo tempo, através de um prolongamento da escolaridade obrigatória (de quatro para oito anos), criar um mecanismo de controle de oferta e procura de emprego.

Por outro lado, se a inchação do sistema educacional, nesse contexto, não produziu a propalada igualdade econômica, pelo menos serviu para solapar a desigualdade, instrumentalizando um maior número de pessoas 'qualificadas' - empregados, subempregados ou desempregados - potencialmente providas de uma maior consciência de classe, para o avanço estrutural da sociedade brasileira nas

décadas de 80/90 (BOWLES e GINTIS, 1975, p.74/82). Daí, porque, ao não apreender o movimento real dos fenômenos sociais - inchação do sistema educacional/condições de trabalho aviltadas para a maioria -, em sua totalidade contraditória, Salm opta pelo 'ideal de Dewey', como redefinição do papel da escola.

Na segunda parte do livro, 'Sobre o Trabalho', Salm critica, mais uma vez, os neoclássicos, que tratam o trabalho como um fator perfeitamente homogêneo, ataca os radicais americanos que, segundo ele, ao enfatizarem a desqualificação crescente do trabalho, o fazem sem recuperar a análise marxista do sentido do progresso técnico no capitalismo, para destacar que a idéia básica dessa análise é que o processo de trabalho é, ao mesmo tempo, processo de valorização do capital, ao qual se adequam as alterações na tecnologia, na organização do trabalho, nas qualificações requeridas (p.57).

Nesse contexto, examina as formas capitalistas de adequação de mão-de-obra ao processo de trabalho, desde o sistema de cooperação simples, passando pela manufatura, maquinaria, até a grande indústria. Aí fica mais evidente a desimportância do trabalhador qualificado, em função do processo acentuado de indiferenciação do trabalho, no qual estão embutidos todos os mecanismos utilizados pelo capital para superar os entraves que o trabalho impõe à sua valorização: a divisão do trabalho (especialização), a formação de um corpo coletivo de trabalhadores permutáveis, a redução do tempo de trabalho médio necessário à produção - com a conseqüente diminuição dos custos, aceleração do período de rotação do capital e aumento de escala - e, finalmente, as formas de estabilização do corpo coletivo de trabalho - hierarquização dos cargos -, que redefinem o conceito de 'qualificação', invertem a importância treinamento-recrutamento e seleção (escola credencialista) e, ao mesmo tempo, potencializa o poder de 'barganha' dos trabalhadores e dos sindicatos.

Para Salm, se o indivíduo perdeu a importância no capitalismo moderno, o conjunto ganhou. Dentro desse quadro, ele coloca as duas dimensões da escola, em sua visão: a) *a atual, à margem do processo produtivo*, já que a acumulação do capital não só recusa submeter-se às limitações impostas pelo tamanho da população, como ela própria gera os contingentes adequados ao seu movimento, na própria empresa ou em agências a ela ligadas; e b) *a do futuro, que deve ser buscada no 'ideal de Dewey', estratégia de construção da democracia na sociedade e no local da produção, porque capaz de conciliar estudo e trabalho*.

Não há muito o que acrescentar ao que já foi dito, na primeira parte, sobre as colocações de Salm. Concordamos com FRIGOTTO (op. cit. p.141) quando enfatiza que, na sua análise, o autor não leva em conta o próprio movimento do capital que, pelo progresso técnico incorporado à produção, como arma de competição intercapitalista, simultaneamente, desqualifica o trabalho e complexifica a divisão social do trabalho, problema que Salm tangencia, acabando por tornar-se, mais uma vez, reducionista, ao separar trabalho produtivo e improdutivo, produção material e produção não material. A função da escola, nessa circunstância, insere-se não apenas no âmbito

ideológico do desenvolvimento das condições gerais da reprodução capitalista, mas, também, no âmbito das condições técnicas, administrativas e políticas, que permitem ao capital extrair de dentro dela (escola) aqueles que, não pelas mãos, mas pela cabeça, irão cumprir as funções do capital no interior do processo produtivo.

Limitações à parte, o trabalho de Salm é importante, não só para a compreensão do processo de evolução dos estudos sobre as relações entre escola e trabalho na sociedade capitalista, como para o entendimento da própria relação em si mesma.

Ao mostrar que a formação do trabalhador ocorre, prioritariamente, na empresa e não na escola, através de uma pedagogia criada pelo capital, ele chama a atenção para um aspecto significativo dessas relações, abrindo a discussão sobre o assunto e levando à releitura dos clássicos da crítica à economia política (KUENZER, p.48).

Assim, com o seu trabalho, Salm revitaliza o debate em torno da função transformadora da educação (Habermans, Freitag, Saviani, Marcuse etc.) contribuindo para minimizar o impacto das concepções reprodutivistas (Bourdier, Passeron, Establet, Althusser, etc) sobre os educadores. Recomendá-los a sua leitura a todos aqueles que buscam uma compreensão mais abrangente da relação escola/trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOWLES, Samuel, GINTIS, Herbert. *O problema com a teoria do capital humano: uma crítica marxista*. American Economia Review, May 1975. p.74-82 (Mimeo).
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1984. 235 p.
- RIBEIRO, Maria Luiza S. *História da educação brasileira: a organização escolar*. São Paulo: Moraes, 1986. 166p.
- SCHULTZ, Theodore. *O capital humano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. 250p.
- KUENZER, A. Z. *Relações entre a educação e o trabalho: pressupostos teóricos*. *Revista Brasileira de Administração da Educação*. Porto Alegre, v.4, n.1, jan./jun. 1986.

NORMAS EDITORIAIS

Sitientibus, revista da UEFS, de periodicidade semestral, constitui-se de matéria dos campos científico, artístico e técnico, sob a forma de artigos, comunicações, resenhas e outras. Todo trabalho que se destina a este periódico deverá:

- a) ser, preferencialmente, inédito, redigido em língua portuguesa, levando-se em conta a ortografia oficial vigente e as regras para a indicação bibliográfica, conforme a ABNT;
- b) ser datilografado, em papel tamanho ofício, numa única face, espaço duplo, 30 linhas por lauda, com numeração à margem superior direita e tendo, no máximo, 20 laudas;
- c) ser precedido de um resumo, em língua portuguesa de, no máximo, 150 palavras, com o respectivo abstract (este item não se refere nem aos textos literários nem às resenhas);
- d) trazer as notas e ou referências bibliográficas indicadas no final do texto e numeradas em ordem crescente (as referências poderão ser apenas alfabéticas);
- e) apresentar as tabelas e ilustrações com suas devidas legendas, em folha à parte (deverá haver indicação, no texto, do lugar em que serão intercaladas). As ilustrações deverão ser feitas em papel vegetal;
- f) indicar na página inicial, após o título do trabalho: nome do autor, titulação e o nome do órgão a que está vinculado. Nos resumos de teses, indicar: nome do autor e titulação, título da dissertação, instituição, curso, área de concentração, orientador, data da defesa;
- g) ser encaminhado em duas vias para o Editor da revista, com autorização do autor para publicação.

GRAÇA RAMOS

Nasceu em Feira de Santana (BA), em 8/4/1948, reside hoje, em Salvador (BA). Formada em Artes Plásticas (1971) e em Desenho (Licenciatura), 1973, pela EBA-UFBA. Professora de Pintura e História da Arte (EBA-UFBA), desde 1975. Mestre em ARTE EDUCAÇÃO, pela The Pensilvania State University.

Algumas Coletivas e Individuais

- I Salão, dos Novos Artistas do Nordeste - Salvador (BA), 1971.
- Exposição em Homenagem ao Centenário da EBA-UFBA, 1974.
- Círculo de Artes Plásticas do Nordeste (mostra estadual), Museu de Arte Moderna, Solar do Unhão-Salvador (BA), 1983.
- V Salão de Arte do Pará - Salão Art Liberal - Pará, 1986.
- Dia Internacional da Mulher - inauguração da Galeria da Câmara Municipal do Salvador, 1988.
- 'Gente que a Gente Gosta', óleo s/tela - Foyer da Biblioteca Central - Salvador (BA), 1971.
- Desenhos e óleos s/tela - Museu Regional de Feira de Santana (BA), 1976.
- Desenhos e Gravuras - Penn State University - State College, USA, 1980.
- 20 Anos de Graça Arte Ramos, tinta acrílica s/tela - 'As mulheres', '18 do Pasqual' Galeria de Arte Salvador (BA), 1988.

Série: *Que bandeira é essa?*

Dim. 1,50 cm x 1,20 cm

Tipo: Acrílica s/tela

Ano: 1992